
Resenha Subdesenvolvimento Sustentável*

PROCÓPIO, Argemiro. *Subdesenvolvimento sustentável*. Curitiba: Juruá, 2007, 335 páginas.

Fábio Albergaria de Queiroz**

Subdesenvolvimento sustentável: é assim que Argemiro Procópio sugestivamente descreve o modelo de desenvolvimento predominante na região amazônica compartilhada por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Ao longo de sua exposição, Procópio desnuda a realidade dos “oito amazônicos” ao apontar que a Hileia, em pleno século XXI, ainda carrega consigo vários problemas estruturais, herança de um longo passado colonial.

Neste contexto, o autor apresenta-nos a região como produtora de *commodities* e manufaturados com baixo valor agregado. Cita a mi-

* Resenha recebida em março e aprovada para publicação em abril de 2008. Resenha copidescada por Duda Costa.

** Doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e coordenador do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF). E-mail: fabioaq@hotmail.com.

neração, a exploração madeireira e de metais preciosos, as redes do agronegócio da soja, da carne, do couro e, atualmente, da cana-de-açúcar como protagonistas do “continuum da sustentabilidade do subdesenvolvimento em novas versões da economia colonial nos oito países amazônicos” (p. 14).

O livro traz importante contribuição ao analisar o papel amazônico no dinâmico mundo dos ilícitos transnacionais, tema que vem ganhando crescente importância nas Relações Internacionais e cujos desdobramentos ainda não são plenamente conhecidos. Neste cenário, em que os dados concretos dos fatos apresentados no livro apontam a região amazônica como grande *player*, a cocaína destaca-se “como lídimo e maior produto da Hileia exportado com valor agregado” (p. 13), responsável pela inserção da região no competitivo mercado global dos ilícitos.

Procópio aponta as debilidades político-institucionais dos Estados amazônicos como um dos principais fatores responsáveis por tornar a Hileia uma espécie de buraco negro geopolítico, ou vazão de poder, segundo tipologia adotada pelo autor, em que prosperam as redes do crime organizado e dos ilícitos transnacionais. Dada a comum incapacidade de estes países exercerem plenamente a soberania e a autoridade sobre seus territórios amazônicos, o processo de *state building* na região, pelo autor denominada de “periferia da periferia”, acaba assumindo uma importante dimensão de segurança, um componente essencial para a manutenção da ordem regional.

Esse é um dos pontos abordados que levam o leitor a refletir sobre a premente necessidade de se repensar o multilateralismo amazônico, principalmente quanto às várias dimensões da segurança regional. Na verdade, este tema se destaca como assunto central no livro: as inter-relações entre as dimensões energética, alimentar, hídrica e ambiental da segurança amazônica.

Quanto a esse aspecto, vale destacar o espaço dedicado no livro à análise da Bacia Amazônica no contexto da segurança regional. Não é difícil constatar que, para os países amazônicos, a Bacia é uma questão de envergadura nacional estreitamente vinculada ao desenvolvimento dos mesmos.

Sua importância estratégica torna imperativa a discussão de assuntos basilares das relações internacionais, como soberania, conflito e cooperação, dado que grande parte dos recursos hídricos amazônicos provém de rios compartilhados, o que destaca a importância de se contemplar a dimensão multilateral da segurança hídrica desta região, que abriga a mais extensa rede hidrográfica do planeta.

Como bem lembra o autor, recentemente o Brasil enfrentou dificuldades com a Bolívia em decorrência da nacionalização do gás natural. Outro ponto que pode ganhar vulto e aguçar tensões na vizinhança amazônica diz respeito aos projetos de construção de hidrelétricas para operar no Rio Madeira. A Bolívia já demonstrou, formalmente, seu descontentamento com o empreendimento, evocando em seu pleito a bandeira do ambientalismo e da mitigação dos impactos ambientais.

O paradoxo é que o Legislativo e o Executivo bolivianos já estudam a possibilidade de um empreendimento binacional, em que o Brasil seria o principal comprador da cota boliviana excedente, a exemplo do que acontece com Itaipu, entre Brasil e Paraguai. Desenha-se então, como descreve com perspicácia Procópio, um cenário de dependência energética que, além do gás natural, conta com a energia hidrelétrica como importante variável.

Argemiro Procópio dedica boa parte de sua análise aos efeitos ambientais do complexo agroexportador amazônico, que tem, na soja e, mais recentemente, na cana-de-açúcar, seus produtos exponenciais. Ele ressalta que a agricultura tem o potencial de viabilizar o desenvolvimento sustentável por meio da ação governamental eficiente na

formulação e implementação de políticas setoriais de desenvolvimento rural aliadas à gestão dos recursos naturais, o que requer a devida aplicação da legislação ambiental e ordenamento territorial.

Contudo, no caso amazônico, mais especificamente no Brasil, os dados apresentados pelo autor apontam a expansão da fronteira agropecuária com vistas ao aumento da produção voltada para a exportação como grande responsável pela implantação de um modelo produtivo direcionado ao uso intensivo dos solos e ao desenvolvimento de grandes monoculturas. Como resultado, observa-se a conversão de áreas naturais em “agroecossistemas” para atender à crescente demanda mundial pela soja e, no caso da cana-de-açúcar, pelo biocombustível.

Há alguns pontos controversos abordados pelo autor que, propositalmente, convidam o leitor à reflexão. Em um deles, Procópio sustenta a assertiva de que a diversificação de matrizes energéticas baseadas em insumos utilizados na alimentação humana, mesmo integrando um projeto de produção energética renovável, ameaça a segurança alimentar e ambiental em várias frentes.

No caso da expansão canavieira, este quadro é a gênese do que ele define como dualidade estrutural “fome-etanol”, situação em que a agroenergia tem o potencial de desestabilizar a segurança alimentar ao provocar o encarecimento de gêneros de primeira necessidade, à exceção do açúcar.

A expansão de latifúndios sucroalcooleiros e a implementação de programas de combustíveis renováveis sem sustentabilidade social a expensas de áreas anteriormente utilizadas na lavoura branca, principalmente na produção de feijão, mandioca, arroz e milho, têm provocado o encarecimento destes insumos e, concomitantemente, propiciado o aumento substancial do número de “subalimentados”. Além disso, caso o etanol emplaque como modelo da matriz energética

mundial, Procópio prevê a intensificação da destruição florestal nos oito países amazônicos.

Em outro ponto igualmente polêmico, neste caso voltado especificamente ao Brasil, o autor tece críticas a práticas amplamente tidas como sustentáveis, como a reciclagem. É sabido que o país evoluiu muito nos últimos anos no que diz respeito à reciclagem de materiais como plástico, papel e, principalmente, latas de alumínio.

Nesse último exemplo, o sucesso da reciclagem pode ser explicado, em parte, pelo elevado custo do alumínio, que faz com que as empresas optem por sua reciclagem à compra do metal que é extraído da bauxita. Consequentemente, a reciclagem de latas passou a ser a principal fonte de renda de um grande número de famílias das camadas sociais mais pobres. Esses fatores conjugados contribuíram para elevar o Brasil ao posto de integrante do seletor grupo dos maiores recicladores do mundo.

Na percepção do autor, a reciclagem, nessas condições, é um dos fatores responsáveis pela continuidade de um quadro paradoxal de “subdesenvolvimento sustentável”, ao incentivar a perpetuação de um ciclo de pobreza e de exclusão social das pessoas que subsistem do extrativismo do lixo.

A partir daí, Procópio propõe que, ao invés dos produtos cada vez menos duráveis e mais descartáveis, sejam fabricados produtos com vida útil mais longa, compatíveis com adaptações e arranjos tecnológicos que possibilitem sua utilização em uma perspectiva temporal ampliada de forma a reduzir drasticamente os possíveis danos ao meio ambiente.

Ainda segundo o autor, “priorizar o ser ao invés do ter, transformar mentalidades e introduzir no vocabulário ambiental o verbo desmaterializar são filosofias de vida com as quais as inovações tecnológi-

cas terão como impedir o sucateamento das coisas fabricadas hoje, após curto período de uso” (p. 158).

A partir dos argumentos postos, o leitor infere que a “ecologia industrial”, nos exemplos citados, aflorou não como baluarte da proteção ambiental *stricto sensu*, mas como uma conveniência mercadológica que, por acaso, coincidiu com uma tendência amplamente divulgada como positiva em termos ambientais.

Em suma, **Subdesenvolvimento sustentável** destaca-se como importante referência aos que desejam entender e pensar o papel amazônico na dinâmica de um cenário ainda em mudança e cuja complexidade propicia espaço a novas possibilidades e conexões de ordens variadas. Nesse aspecto, o autor propõe uma releitura das relações internacionais amazônicas.

Por fim, merece menção o fato de o livro tratar acerca das várias dimensões do conceito de segurança, ponto ainda muito discutido no campo das Relações Internacionais, o que atesta a contribuição da obra à literatura sobre o tema.